

GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

2º TRIMESTRE DE 2016

INSTITUCIONAL	4
1 Objetivo do Relatório	4
2 Principais Destaques.....	4
3 Principais Comitês.....	8
4 Estrutura Organizacional e Políticas	9
5 Definições.....	11
RISCO DE CRÉDITO.....	12
1 Objetivos e políticas de gerenciamento de Riscos de Crédito.....	12
2 Comunicação Interna	14
3 Concessão de Crédito.....	14
4 Exposições Sujeitas ao Risco de Contraparte	15
5 Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito	15
6 Classificação do Risco de Crédito – <i>Rating</i>	16
RISCO DE CRÉDITO – DADOS QUANTITATIVOS.....	17
1 Exposição ao Risco de Crédito	17
2 Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte	20
3 Mitigadores de Crédito	21
4 Cessões de Crédito.....	21
RISCO OPERACIONAL	22
1 Estrutura de Risco Operacional	23
2 Mensuração do Risco Operacional.....	23
3 PCN – Plano de Continuidade de Negócios	23
RISCO DE MERCADO.....	25
1 Política de <i>Hedge</i>	27
2 <i>Backtesting</i>	28
RISCO DE MERCADO – DADOS QUANTITATIVOS.....	31
1 <i>VaR</i>	31
2 Carteira de Negociação	31

3	Exposição em Instrumentos derivativos.....	31
	RISCO DE LIQUIDEZ	33
	GERENCIAMENTO DE CAPITAL.....	36
	CAPITAL REGULATÓRIO – DADOS QUANTITATIVOS	37
1	Patrimônio de Referência (PR)	37
2	Ativos ponderados pelo Risco (RWA).....	38
3	Suficiência de Capital.....	39
	RAZÃO DE ALAVANCAGEM.....	40
	BALANÇO PATRIMONIAL.....	41

INSTITUCIONAL

1 Objetivo do Relatório

A incessante evolução dos mercados, bem como, dos produtos e serviços oferecidos pelo Banco Fibra, motiva a busca contínua da Instituição pela excelência na gestão e no controle de riscos. Em linha com as melhores práticas adotadas internacionalmente e as recomendações do Pilar III de Basileia que trata da transparência, evidenciamos no presente relatório (norteados pela Circular 3.678/14 – BACEN) a estrutura e a estratégia adotada para a gestão do risco na Instituição.

Entendendo a importância de uma gestão integrada dos riscos e o envolvimento da Alta Administração no processo, periodicamente, são realizados comitês¹ com os principais executivos da Instituição com o objetivo de acompanhar os controles de risco.

Atendendo às requisições da Resolução 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional, o Banco Fibra conta atualmente com uma estrutura de gerenciamento de capital cujas diretrizes estão definidas em políticas internas e a estrutura está evidenciada no presente relatório.

2 Principais Destaques²

2.1 Cenário Econômico

O primeiro semestre de 2016 foi marcado pelo início do processo de impedimento de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer como presidente interino da República e a posterior reorganização da economia brasileira.

O mercado reagiu bem a essa mudança dado que a nova equipe econômica sinalizou a adoção de medidas ortodoxas visando à recuperação da atividade e o controle da inflação.

No semestre, a atividade econômica continuou a apresentar resultados desfavoráveis após apresentar em 2015 quatro trimestres consecutivos de crescimento negativo do PIB. De acordo com o IBGE, o PIB contraiu 5,4% no primeiro trimestre de 2016 ante a retração de 2,0% verificada no mesmo trimestre do ano anterior. No semestre, a produção industrial e o setor de serviços apresentaram retração de 9,1% e de 4,9%, respectivamente. No caso da indústria o destaque negativo é a produção de bens de consumo duráveis com retração de 22,2% no semestre. As vendas no varejo também apresentaram queda no semestre com recuo de 7,0%. A taxa de desemprego média ficou em 11,3% ante 8,3% apurada no mesmo semestre do ano anterior.

¹ Estrutura de Comitês evidenciada em seção específica do relatório.

² Informações disponíveis no "Relatório de Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2016 – Fibra Prudencial", disponível no site www.bancofibra.com.br.

A taxa de juros básica da economia (Selic) fechou o semestre em 14,25% a.a. – taxa que vem sendo mantida desde julho de 2015.

A taxa de inflação medida pelo IPCA registrou alta de 4,42% no semestre e de 8,84% em doze meses – taxa superior ao teto da meta para a inflação de 6,5% definida pelo CMN. A alta taxa de inflação neste acumulado deve-se à elevada inflação registrada em 2015 e pelo choque de oferta de produtos agrícolas.

O saldo total das operações de crédito bancário atingiu R\$3,13 trilhões no final do semestre, com expansão de 1% em relação ao primeiro semestre de 2015. O ritmo de expansão das operações de crédito diferiu muito entre os bancos, com 4,0% para bancos públicos, -3,5% para privados nacionais e -1,0% para bancos de capital estrangeiro.

O balanço fiscal do setor público apresentou péssimo resultado no período, com déficit primário de R\$23,8 bilhões ante superávit de R\$16,2 bilhões no mesmo período de 2015. No acumulado em doze meses, registrou-se déficit primário de R\$151,2 bilhões (2,51% do PIB). O resultado nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$197,1 bilhões no semestre e deficitário em R\$ 600,5 bilhões (9,96% do PIB) no acumulado de doze meses. A dívida bruta do setor público alcançou R\$4,13 trilhões no final do semestre (68,5% do PIB), elevando-se 6,7p.p. em relação ao final do mesmo semestre do ano anterior.

Para o restante do ano a perspectiva é de gradual melhora dos indicadores econômicos e de votação no Congresso Nacional de parcela do ajuste fiscal proposto pelo novo Governo. Esperamos que o PIB apresente leve recuperação no segundo semestre de 2016, com perspectiva de alta moderada já no quarto trimestre do ano. Quanto à inflação, estimamos que o IPCA registre alta entre 7,0% e 7,5% no ano.

2.2 Resultados do Primeiro Semestre - 2016

O patrimônio líquido em junho de 2016 totalizou R\$ 1,013 bilhão. O lucro líquido no semestre foi de R\$ 1,6 milhão, melhora significativa quando comparado ao prejuízo de R\$ 194,9 milhões do primeiro semestre de 2015.

A carteira de crédito expandida finalizou junho em R\$ 3,356 bilhões, queda de 19,37% quando comparada com Jun/15. A carteira de atacado, que somava R\$ 3,219 bilhões e equivalia a 96% dos ativos de crédito, apresentou retração de 13,77% nos últimos 12 meses, consequência da maior seletividade para a concessão de crédito e da desaceleração da economia. A carteira de varejo, R\$ 137 milhões que representavam apenas 4% dos ativos de crédito, foi reduzida em 68,14% nos últimos 12 meses, resultado da decisão de descontinuar essa linha de negócios.

A qualidade da carteira de crédito do Banco melhorou: em junho de 2016 84,1% da carteira estava concentrada em operações com clientes classificados entre os ratings AA e C, enquanto em junho de 2015 81,70% das operações encontravam-se neste grupo. Foram originadas operações com melhores garantias e maiores spreads. Manteve-se a exposição máxima por grupo econômico limitada em R\$ 30 milhões, o que continuou a reforçar a diversificação saudável da base de clientes.

A administração das despesas continua a apresentar resultados satisfatórios: comparando com o primeiro semestre de 2015, as despesas de pessoal e administrativa foram reduzidas em 41,58% e 22,31%, respectivamente.

Vale destacar a oferta pública para aquisição de dívida subordinada de emissão do próprio Banco que vence em novembro de 2016, operação que trouxe resultado significativo para o Banco nesse semestre.

2.3 Banco de Atacado

O processo de reposicionamento do Banco como banco de negócios para empresas com faturamento acima de R\$ 300 milhões e para agronegócios está praticamente terminado. Aproximadamente 96% da carteira de crédito esta dentro do novo *target*. A carteira de varejo no final do semestre era de apenas R\$ 137 milhões, e apresentará saldo ainda menor no final do ano: a administração ativa dos saldos e da PDD dessa carteira continua, e os custos associados ao “*run-off*” dessa operação estão cada dia menores.

O Banco ampliou seu portfólio de produtos para melhor atender o novo perfil de clientes: passou a fazer operações de cessão de recebíveis, operações com recebíveis de cartão de crédito, operações de câmbio, operações de derivativos de juros, moedas e commodities (*forwards e swaps*), e operações estruturadas de dívida (CRAs, CRIs, CPRs, Debêntures), e hoje consegue atender os clientes de forma muito mais completa. Essa maior disponibilidade de produtos junto com a atuação mais intensa das áreas técnicas - Área de Produtos e Mesa Clientes - nas vendas junto aos clientes tem resultado num maior *cross-sell* e numa receita maior para o Banco. As receitas de prestação de serviços e tarifas cresceram 19,78% no semestre, passando de R\$ 13,70 milhões no acumulado do primeiro semestre de 2015 para R\$ 16,41 milhões no primeiro semestre de 2016.

O foco no agronegócio continua e o Banco mantém equipes especializadas no setor em todas as áreas relevantes: Comercial, Mesa Clientes, Crédito e Produtos. A carteira agro fechou o semestre representando 30,6% da carteira de atacado.

2.4 Captações

O estoque de recursos captados terminou junho de 2016 em R\$ 4,197 bilhões, sendo R\$ 3,715 bilhões (88,51%) no mercado interno e R\$ 482 milhões (11,49%) no mercado externo.

O descasamento positivo entre ativos e passivos continua: os ativos têm prazo médio de 195 dias e os passivos de 389 dias.

O caixa livre do Banco encerrou o semestre acima de R\$ 1,2 bilhão, saldo muito superior à reserva mínima de liquidez (R\$ 600 milhões) e que reflete o conservadorismo em relação à gestão da liquidez.

Em junho de 2016 as captações via LCAs e LCIs representavam 22,65% do total de captações do Banco, bastante superior aos 17,24% de junho de 2015, e a participação dos DPGES caiu de 30,46% em junho de 2015 para 18,37% em junho de 2016. Adicionalmente o Banco continua a diversificar suas fontes de captação local e, ao longo do semestre, aumentou o número de acordos com distribuidores para captações em LCAs, LCIs e CDBs, atingindo um público de pessoas físicas ao qual não teria acesso direto. Todos estes pontos atuaram como fortes redutores no custo e alongamento dos prazos de captação.

2.5 Administração de Riscos

O Banco Fibra considera que a gestão de riscos é uma ferramenta estratégica e essencial para a otimização de recursos, possibilitando a melhor relação risco versus retorno de suas operações.

A estrutura de Gestão de Riscos é de responsabilidade da Diretoria de Riscos, Operações e TI que faz o monitoramento e o controle dos Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, além de garantir a constante aderência à legislação e às regras vigentes através das áreas de Compliance e Controles Internos.

A consolidação das áreas de risco confere um controle integrado e centralizado, o que resulta em ganho de escala nas ações de gerenciamento de riscos. O Conselho de Administração aprova as principais estratégias e políticas relacionadas ao gerenciamento e controle dos riscos, garantindo assim uma governança corporativa altamente eficiente.

A gestão de riscos do Banco Fibra conta com uma sólida estrutura de comitês, onde se reúnem, em fórum comum, os especialistas da Instituição e a Alta Administração, possibilitando a discussão e a rápida deliberação sobre os riscos avaliados.

2.6 Recursos Humanos

Em junho de 2016, o Banco contava com 284 funcionários. Ao longo do primeiro semestre de 2016, mudanças importantes ocorreram no corpo diretivo, a saber:

Em Março de 2016, Arno Schwarz que desde setembro de 2013 ocupava no Banco Fibra a posição de Vice-Presidente de Riscos, Crédito e RH assumiu a presidência do Banco em substituição a Luiz Felix Cardamone Neto, e Roberto Panizo Beceiro assumiu a Diretoria de Crédito substituindo Marcos Braga Dainesi.

3 Principais Comitês

O Banco Fibra, com foco na governança e transparência das decisões, possui uma estrutura de Comitês reunindo os especialistas da Instituição e a Alta Administração para a discussão e deliberação sobre os riscos avaliados, sendo eles provenientes da carteira atual ou de novos produtos, serviços ou clientes.

Os seguintes Comitês assumem posição de destaque na estrutura de gestão de riscos e de gerenciamento de capital da Instituição:

3.1 Comitê de Auditoria

Tem o objetivo de atender aos requerimentos regulatórios e prática de governança conforme definido em política interna. Dentre suas atribuições vale ressaltar a revisão das demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas e a formação de base para discussão com o Conselho de Administração sobre políticas, práticas e procedimentos que estejam sob sua competência.

3.2 Comitê de Ativos e Passivos (ALCO – *Asset and Liability Committe*)

Comitê destinado à discussão das formas de captação de recursos em função de políticas específicas, assim como da estrutura da carteira de crédito e o nível de liquidez com relação a prazos, concentração de vencimentos e políticas de curto e longo prazo. Analisa as movimentações das carteiras de crédito e captação evidenciando a liquidez da Organização onde é demonstrado a estrutura dos ativos e passivos e seus respectivos *gaps*. Sua missão primária é avaliar, acompanhar e aprovar as práticas relativas ao risco devido a eventuais desequilíbrios na estrutura de capital.

3.3 Comitê de Riscos Globais - CRG

Comitê destinado à discussão dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, tendo como principais funções:

- Estabelecer as diretrizes gerais sobre o processo de controle de risco de crédito e dos limites operacionais;
- Analisar a necessidade de melhoria ou evolução para promover ajustes na política de gerenciamento do risco de crédito;
- Analisar a qualidade da carteira de créditos, por meio de indicadores de desempenho e as expectativas de perdas e ganhos nas operações de crédito;
- Fazer a avaliação da estratégia operacional das Áreas de Crédito e Comercial, podendo aprovar ou não a manutenção das posições em caso de rompimento dos limites operacionais.

3.4 Comitê de Produtos

Delibera sobre o desenvolvimento de novos produtos e sobre a manutenção dos já existentes. A participação das áreas de controle de riscos possibilita a realização de mapeamento prévio dos riscos de novos produtos, bem como, sua correta apuração.

3.5 Comitê de Crédito

Tem a responsabilidade de analisar propostas para limites de crédito, operações, *prospects*, além de revisar as políticas de crédito em vigor. Reúne-se semanalmente, podendo também ser convocado sob demanda.

4 Estrutura Organizacional e Políticas

As diretrizes e os princípios que norteiam a gestão de riscos e o gerenciamento de capital são documentados internamente, assim como, os procedimentos e processos por meio dos quais concretizam-se tais políticas são descritos em documentos específicos.

A estrutura interna das normas é composta por diferentes níveis de detalhamento, direcionados para os públicos alvos específicos, conforme hierarquia determinada internamente.

Os processos e controles buscam, ainda, garantir a aderência à regulamentação vigente, a adoção de melhores práticas de documentação no mercado, baseando-se em *benchmarking* nacional e internacional mantendo a aderência à continuidade de negócios da Instituição.

As normas e políticas internas são revisadas anual ou tempestivamente e são aprovadas pela Alta Administração, ressaltando, assim, a importância da governança na Instituição. Destacam-se os documentos referentes a:

- Gerenciamento de Risco de Crédito;
- Gerenciamento de Risco de Mercado;
- Gerenciamento de Riscos Operacionais;
- Gerenciamento de Capital;
- Contingência de Liquidez;
- Plano de Continuidade de Negócios.

4.1 Controle de Riscos

A estrutura de gestão de riscos está organizada sob a Diretoria de Riscos, Operações e TI, sendo representada por uma unidade de Controle de Riscos, abrangendo a gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, além da unidade de Risco Operacional.

A Figura 1 ilustra a estrutura organizacional envolvida na gestão de riscos do Banco Fibra.



Figura 1: Estrutura Organizacional - Gestão de Riscos

4.2 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital, implantada na Instituição em 2012, atualmente está centralizada na área de Controle de Riscos, porém suas atividades estão relacionadas à estrutura de gestão de riscos descrita acima. A fim de reforçar a governança, as políticas e estratégias relacionadas ao gerenciamento de capital devem ser aprovadas anualmente pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração.

Define-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.



Figura 2 Estrutura Organizacional - Gerenciamento de Capital

5 Definições

5.1 Patrimônio de Referência (PR)

É a medida de capital regulamentar (apurado de acordo com as regras contidas na Resolução 4.192/13) utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições e conglomerados financeiros e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

5.2 Ativos ponderados pelo Risco (RWA)

As instituições financeiras devem manter valor de Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, conforme determinado pela Resolução 4.192/13 do Banco Central do Brasil. O valor do PR deve ser no mínimo igual ao valor do RWA que, por sua vez, é apurado com base, no mínimo, na soma das parcelas de Risco de Crédito, Mercado e Operacional.

5.3 Capital mínimo regulatório

Capital mínimo a ser mantido pela Instituição conforme as regras de cálculo estipuladas pelo Banco Central do Brasil. Estabelece a relação entre o PR e o RWA.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito é definido como sendo a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito.

O Banco Fibra tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito, permitindo a maximização dos ganhos e adequada remuneração do capital alocado.

Os sistemas da Instituição são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricas dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de fracionar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco.

1 Objetivos e políticas de gerenciamento de Riscos de Crédito

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é formada pelo conjunto de áreas, colaboradores, atividades, documentos e ferramentas sistêmicas que possibilitam a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito.

1.1 Princípios

O gerenciamento de risco de crédito, entendido como o resultado da gestão e do controle do risco de crédito, tem sua estrutura norteada pelas seguintes diretrizes:

- I. Os princípios definidos pela política de gestão do risco de crédito objetivam garantir uniformidade nas decisões e aprimorar de forma contínua a gestão e o controle do risco de crédito, elevando os padrões de qualidade dos ativos e do resultado,

sendo aplicada a todos os negócios que envolvam risco de crédito no Conglomerado;

- II. A função “controle de risco de crédito” é segregada e independente das funções “negócio” e “crédito”;
- III. O gerenciamento de risco de crédito contempla a minimização de perdas, a tomada de decisão de provisionamento e alocação de capital, o cumprimento da legislação e das normas internas, além da avaliação de cenários e o acionamento de planos de contingência;
- IV. A análise de risco e a devida aprovação em fórum pertinente, conforme definido em normas internas, é anterior à criação ou à revitalização de produtos que envolvam risco de crédito;
- V. Na composição da carteira de crédito é considerado o retorno ajustado ao risco, assim como os limites máximos de concentração e as restrições à concessão, conforme descritos em política específica de crédito;
- VI. Todos os procedimentos, metodologias e ferramentas sistêmicas, com o objetivo de viabilizar a gestão e o controle de risco de crédito, são documentadas e revisadas anualmente, sendo validados pelas áreas responsáveis;

1.2 Procedimentos de controle de risco de crédito

- I. Na avaliação de operações sujeitas a risco de crédito, são considerados os efeitos de concentração, de perspectivas macroeconômicas e de produtos, bem como a retenção de riscos, quando envolver venda ou transferência de ativos financeiros;
- II. Adequada mensuração do risco de crédito de derivativos e demais instrumentos financeiros complexos, a suficiência quantitativa e qualitativa de metodologias compatível com a natureza das operações e complexidade dos produtos e serviços;
- III. Avaliação periódica do grau de suficiência de garantias, indicação prévia e prevenção da deterioração da qualidade daquelas, além de emissão de relatórios gerenciais periódicos para todo o corpo gerencial e diretivo, acerca do desempenho dos procedimentos e estratégias adotados.

1.3 Metodologias de controle de risco de crédito

- I. Os cálculos, estimativas e outros resultados de suas aplicações, são baseados em critérios robustos, replicáveis e aderentes à realidade das operações de crédito consideradas individualmente ou de forma agregada;

- II. As simulações de estresse devem englobar ciclos econômicos, alterações de condições e quebra de premissas de mercado e liquidez;
- III. As ferramentas sistêmicas de gestão e controle de risco de crédito devem garantir a minimização do risco operacional, a eficiência e a eficácia das atividades de gerenciamento de risco de crédito, devendo ser aprimoradas continuamente;

2 Comunicação Interna

2.1 Controle do risco de crédito

- I. O monitoramento da carteira e suas posições financeiras são disponibilizados à Alta Administração por meio de relatórios gerados pela Área de Controle de Risco de Crédito.
- II. Todos os procedimentos, metodologias e ferramentas sistêmicas utilizados para viabilizar a gestão e o controle de risco de crédito são documentados e revisados anualmente, e validados pelas áreas responsáveis, propiciando o contínuo aprimoramento.

2.2 Extrapolação de limites

- I. Os limites máximos de exposição são apresentados mensalmente no Comitê de Riscos Globais. Caso algum parâmetro atinja o limite proposto, faz-se necessária a definição de plano de ação para o reenquadramento pelas áreas de Crédito e Comercial.
- II. A Área de Risco de Crédito é responsável por acompanhar o status do plano de ação aprovado, observando os critérios e prazos estabelecidos até o seu reenquadramento.

3 Concessão de Crédito

Os processos relacionados à concessão de crédito estão sob a responsabilidade da Diretoria de Crédito, unidade segregada e independente das unidades de Controle de Riscos e de Negócios.

Dentre os princípios e diretrizes que norteiam os processos de concessão de crédito destacam-se:

- I. Qualquer operação que implique em assumir risco de crédito demanda análise prévia do cliente e/ou carteira do cliente, e/ou grupo econômico, estabelecimento de limite de crédito e classificação de risco do cliente;

- II. Na análise de clientes pertencentes a grupo econômico, serão sempre avaliados os dados de forma consolidada;
- III. As garantias são consideradas como instrumentos adicionais para mitigar risco de crédito, sendo obrigatórias nas operações de maior risco;
- IV. As decisões que envolvem risco de crédito são tomadas em Comitê e obedecem a uma estrutura de alçadas de aprovação;
- V. Todas as informações necessárias ao entendimento completo do risco de crédito envolvido nas operações, assim como das decisões tomadas, são documentadas e acessíveis aos envolvidos no processo de concessão, análise, classificação e gestão do crédito;

4 Exposições Sujeitas ao Risco de Contraparte

Dentre os princípios e diretrizes que norteiam os processos de concessão de crédito destacam-se:

- I. A exposição de crédito é limitada a percentuais máximos de comprometimento do PR e a participação em relação a carteira de crédito. Esses limites seguem determinações regulatórias (Resolução 2.844/01 – BACEN) e critérios internos pré-estabelecidos e aprovados pela Alta Administração;
- II. As decisões que envolvem risco de crédito são tomadas em comitê, exceto em casos de pequeno valor, cuja delegação de competência é dada pelo Comitê de Crédito, conforme definido nos normativos internos;

5 Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito

As garantias outorgadas em favor do Banco têm como finalidade a mitigação do risco de crédito referente às operações financeiras realizadas com os clientes.

A análise desses instrumentos mitigadores de risco de crédito é realizada simultaneamente pelas áreas de concessão e jurídica e baseia-se na possibilidade contratual e regulamentar de recebê-lo em garantia em caso de inadimplência, bem como seu objeto e condições principais, tais como preço, prazo de pagamento, causas de rescisão contratual, eventuais deduções e vedações.

As garantias utilizadas como mitigadores de risco para fins de Basiléia devem:

- I. Ser mantidas ou custodiadas na própria instituição;

- II. Ter por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- III. Estar sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária;
- IV. Estar imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

A análise da suficiência da garantia é realizada periodicamente pelas áreas de Controle de Garantias e Monitoramento e Administração de Crédito, a fim de manter os níveis de cobertura adequados ao apetite ao risco da instituição.

6 Classificação do Risco de Crédito – *Rating*

Entende-se por *Rating*, de maneira geral, a quantificação, por meio de premissas homogêneas e comparáveis da capacidade de cada tomador avaliado de saldar seus compromissos financeiros adequadamente.

O processo de classificação do *rating* do cliente leva em consideração métodos estatístico-matemáticos e critérios qualitativos. A utilização destes métodos visa refletir as condições atuais de pagamento de cada tomador e detectar qualquer alteração na qualidade creditícia da contraparte, que possa refletir em sua probabilidade de default.

O provisionamento é realizado de acordo com o *rating* de cada operação, levando em consideração o tipo e o percentual de cobertura das garantias, conforme definido em política específica.

Os critérios de provisionamento seguem as regras regulatórias definidas na Resolução 2.682/99 – BACEN, conforme tabela a seguir:

Rating Interno	Rating BACEN (Resolução 2.682)	Provisão
1+	AA	0,00%
1		
2+	A	0,50%
2		
3+		
3	B	1,00%
4+		
4		
5+		
5	C	3,00%
6+		
6		
7+		
7		
8	D	10,00%
9	E	30,00%
10	F	50,00%
11	G	70,00%
12	H	100,00%

Tabela 1: Equivalência *Rating* Banco Fibra e Regulatório

RISCO DE CRÉDITO – DADOS QUANTITATIVOS

1 Exposição ao Risco de Crédito

1.1 Valor total das exposições e valor da exposição média no trimestre

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	JUN/16	MAR/16	DEZ/15
Exposição	3.355.948	3.682.437	4.027.460
Exposição Média	3.457.872	3.832.338	3.853.064

Tabela 2: Valor da Exposição das operações sujeitas a risco de crédito

1.2 Exposições por modalidade de crédito

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	Modalidade	JUN/16	MAR/16
Capital de Giro	1.913.971	2.085.936	2.431.307
Fianças Prestadas	655.644	640.553	640.703
Outros	294.772	430.019	356.723
Comercialização - Agricultura	157.705	179.458	256.967
Varejo	138.056	175.393	215.961
Importação e Exportação	119.556	107.867	62.465
Duplicatas e Cheques	57.681	34.712	19.189
Mercado Externo	13.363	21.019	34.064
BNDES / FINAME	5.199	7.482	10.082
Total	3.355.948	3.682.437	4.027.460

Tabela 3: Detalhamento por modalidade da Exposição das operações sujeitas a risco de crédito

1.3 Exposições dos maiores clientes em relação ao total das Operações com característica de concessão de crédito.

A concentração é monitorada por meio de relatório específico e reportado à Alta Administração, abaixo segue a distribuição das 10 e 50 maiores exposições, respectivamente.

Concentração	Conglomerado Financeiro		
	JUN/16	MAR/16	DEZ/15
10 Maiores Devedores	14,7%	15,1%	13,6%
20 Maiores Devedores	24,1%	24,4%	21,0%
50 Maiores Devedores	41,1%	41,0%	36,1%
100 Maiores Devedores	60,0%	59,4%	52,2%

Tabela 4: Concentração em Grupos Econômicos

1.4 Montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado nas seguintes faixas:

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	Faixa de Atraso	JUN/16	MAR/16
Atraso até 60 dias	78.074	195.768	124.090
Atraso de 61 a 90 dias	12.907	69.815	30.749
Atraso de 91 a 180 dias	118.041	81.965	62.545
Atraso acima de 180 dias	108.848	83.470	110.615

Tabela 5: Operações em atraso – excluídas as baixadas p/ prejuízo – Conforme Conceito Banco Central do Brasil.

1.5 Fluxo de operações baixadas para prejuízo por trimestre.

Conglomerado Financeiro		
JUN/16	MAR/16	DEZ/15
13.467	52.617	56.385

Tabela 6: Baixas para Prejuízo (R\$ Mil)

1.6 Montante de provisões para perdas relativas às exposições

Conglomerado Financeiro		
JUN/16	MAR/16	DEZ/15
13.766	27.560	2.642

Tabela 7: Provisões (R\$ Mil)

1.7 FPR de acordo com a Circular nº 3.644, de 2013

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	JUN/16	MAR/16	DEZ/15
Por FPR			
FPR de 20%	283.676	105.370	177.830
FPR de 50%	170.728	235.706	222.502
FPR de 75%	141.554	301.543	289.842
FPR de 85%	1.099.126	1.458.625	1.282.002
FPR de 100%	1.660.863	1.581.192	2.055.284
Total	3.355.948	3.682.437	4.027.460

Tabela 8: Exposições por FPR

1.8 Setores Econômicos

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	JUN/16	MAR/16	DEZ/15
Indústria	835.777	1.415.917	1.079.920
Comércio	597.310	621.305	735.748
Habitação	487.214	274.859	302.033
Serviços	416.135	338.548	528.779
Intermediários Financeiros	286.714	277.711	426.944
Rurais	191.590	129.474	306.070
Setor Público	12.528	14.048	15.075
Pessoas Físicas	528.680	610.575	632.891
Total	3.355.948	3.682.437	4.027.460

Tabela 9: Exposições por Setor Econômico

2 Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

2.1 Valores relativos a contratos nos quais não haja a atuação de câmaras de compensação como contraparte central;

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	JUN/16	MAR/16	DEZ/15
Contratos que a câmara atue como Contraparte Central	4.851.194	5.406.537	5.327.896

Tabela 10: Contratos que a câmara não atue como Contraparte

2.2 Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos, operações compromissadas.

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	JUN/16	MAR/16	DEZ/15
Contratos que a câmara não atue como Contraparte Central	659.315	739.783	899.927

Tabela 11: Contratos que a câmara atue como Contraparte

3 Mitigadores de Crédito

3.1 Garantias Líquidas

Conglomerado Financeiro		
JUN/16	MAR/16	DEZ/15
87.009	78.270	83.958

Tabela 12: Posição de Garantias Líquidas (R\$ Mil)

4 Cessões de Crédito

A cessão de crédito é um acordo bilateral pelo qual uma instituição financeira transfere à outra seus direitos de recebimento.

A tabela a seguir indica os valores referentes às operações de cessões de crédito da Instituição.

Conglomerado Financeiro		
JUN/16	MAR/16	DEZ/15
820	1.596	3.205

Tabela 13: Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios (R\$ Mil)

RISCO OPERACIONAL

O Banco Fibra define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução 3.380 do Conselho Monetário Nacional, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da instituição ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Dessa definição está excluído o risco reputacional ou de imagem, e os riscos estratégicos ou de negócios.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único em todo o Banco Fibra para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

No gerenciamento do Risco Operacional o Banco Fibra adota as oito categorias de eventos de risco do descritas na Resolução 3.380 do Conselho Monetário Nacional:

CATEGORIAS

- I. Fraude Interna
 - II. Fraude Externa
 - III. Demandas Trabalhistas
 - IV. Práticas inadequadas
 - V. Danos a ativos físicos
 - VI. Interrupção das atividades
 - VII. Falhas em sistemas de TI
 - VIII. Falha na execução das atividades
-

Adicionalmente às oito categorias de eventos de risco operacional mencionadas acima, são adotadas subcategorias de eventos e tipos de risco, para propiciar uma avaliação mais precisa dos riscos operacionais identificados no Conglomerado, conforme segue:

1 Estrutura de Risco Operacional

Na estrutura da Diretoria de Riscos, Operações e TI, está inserida a Superintendência de Segurança da Informação, Controles Internos e Risco Operacional que dentre suas responsabilidades, inclui garantir que as diretrizes e responsabilidades do Gerenciamento de Risco Operacional sejam cumpridas. A estrutura responsável pelo Risco Operacional do Banco Fibra é ilustrada a seguir:



Figura 3: Organograma de Risco Operacional

Todos os assuntos relacionados a Risco Operacional são acompanhados periodicamente pelos fóruns de governança, incluído o Comitê de Riscos Globais..

2 Mensuração do Risco Operacional

O Banco emprega o modelo de alocação de capital denominada “Abordagem Alternativa Padronizada” definida pela Circular 3.640/13 do BACEN.

3 PCN – Plano de Continuidade de Negócios

O Plano de Continuidade utiliza uma abordagem de equipe para resposta às emergências e interrupções. Cada equipe possui responsabilidades específicas que permitem a comunicação durante a eventual interrupção do negócio. O propósito do modelo de equipe é

coordenar as atividades centrais relacionadas à recuperação das funções críticas e entrega dos produtos e serviços relacionados.

A estrutura adotada no modelo está relacionada à utilização de recursos para apoiar as atividades de continuidade de negócios. As áreas de negócios são as proprietárias dos procedimentos de recuperação e dos benefícios ou riscos associados a eles. As deliberações para o PCN são feitas em comitês tempestivos de acordo com a necessidade da Instituição.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estratégia para gestão e controle do risco de mercado do Banco Fibra é guiada por diretrizes qualitativas e quantitativas, sendo elas:

- I. Qualitativas: baseiam-se em premissas que suportam o estabelecimento dos objetivos quantitativos;
- II. Quantitativas: estabelecem os instrumentos de controle da carteira sob o foco do risco de mercado, apontando as ações e responsabilidades atreladas à extrapolação de cada um dos limites.

Os instrumentos de controle que viabilizam a conformidade às diretrizes supracitadas são:

- I. Relatórios gerenciais enviados diariamente à Alta Administração (mapas com análise de risco, de resultado e de volume): evidência da compatibilidade entre a posição e a exposição a risco decorrente devido à diferença de prazos, moedas e indexadores existentes nas carteiras da Instituição;
- II. Reuniões do Comitê de Riscos Globais – Risco de Mercado: discussão das estratégias de curtíssimo prazo à luz dos potenciais cenários macroeconômicos e do enquadramento das medidas de risco da carteira dentro dos limites estabelecidos, além de definição das posições a serem incluídas na carteira de negociação;
- III. Reuniões do ALCO: discussão das políticas e formas de captação de recursos em função das políticas de alocação, assim como a estrutura da carteira de crédito e o nível de liquidez com relação a prazos, concentração de vencimentos e políticas de curto e longo prazo;
- IV. Reuniões do Comitê Executivo e do Conselho de Administração: aprovação e revisão, com periodicidade mínima de 01 (um) ano, das políticas e das estratégias para gerenciamento de risco de mercado;
- V. Reuniões do Comitê de Produtos: aprovação de novos produtos, onde a Gerência de Controle de Riscos identifica previamente riscos de mercado inerentes à operação.

Estrutura e Gestão

A estrutura de gestão e controle de risco de mercado é baseada no monitoramento de medidas de volume (financeiro aplicado), risco e resultado, de acordo com cada carteira avaliada, como segue abaixo:

- I. Carteira *Trading* (inclui Livro de Opções);
- II. Livro de Opções;
- III. Carteira *Banking*;
- IV. Carteira Total (*Banking + Trading*)

Os limites são estabelecidos por carteira, *Trading* (negociação) e *Banking* (não negociação), e determinados conforme o racional interno do Banco Fibra, sendo que o rompimento destes limites deflagra ações que podem remeter à decisão de instâncias superiores ou ações automáticas.

A carteira de negociação consiste de todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, incluindo derivativos, detidas com intenção de negociação. Os critérios de inclusão de operações na carteira de negociação são definidos com base nas estratégias de negociação e *hedge*.

O processo de mensuração do risco de taxas de juros para a carteira de não negociação é baseado na metodologia do *EVE* (*Economic Value of Equity*).

O *EVE* consiste na mensuração do impacto no valor presente do *portfólio* considerando choques nas taxas de juros pré-fixadas. Estes choques são obtidos a partir de cenários de *stress* elaborados pelas áreas de Risco de Mercado e de *Research*.

Ao contrário da Carteira de Negociação, que por definição possui posições direcionais com negociação ativa e frequente, a Carteira de Não Negociação tem como principal função o gerenciamento de ativos e passivos, atividade que possui comportamento linear e cujo risco não seria capturado adequadamente por medidas como o *VaR* (*Value at Risk*).

Os cenários de *stress* utilizados para cálculo do *EVE* levam em consideração um *holding period* de 10 dias, período em que se assume que todos os riscos provenientes das posições da carteira podem ser eliminados no mercado. Para a carteira de não negociação, o *holding period* considerado é de 01 dia.

O Banco Fibra utiliza um cenário híbrido para o cálculo do *EVE* e do *stress test* para carteira Total e de não negociação. A metodologia consiste em se obter o pior caso entre o cenário prospectivo elaborado pela área de *Research* e o cenário histórico apurado pela área de Risco de Mercado. O cenário histórico elaborado pela área de Risco de Mercado utiliza um período histórico de 05 anos e um intervalo de confiança de 99% e 1% para retornos negativos e positivos.

O CPV (Concentração por Vértice) utiliza a mesma metodologia de cenários adotados no *stress test* e tem como objetivo monitorar a distribuição dos valores de perda em cada um dos vértices adotados.

A área de Risco de Mercado é a unidade específica e especializada na Instituição para a atividade de controle de risco de mercado, estando segregada das unidades de execução e de auditoria.

Comunicação Interna

Os limites são monitorados diariamente e suas utilizações, assim como os mapas das posições financeiras das carteiras, são disponibilizadas em relatório pela Superintendência de Controle de Riscos.

Em situações de extrapolação de limite e caso não haja manifestação formal da respectiva alçada em relação às ações tomadas, a Gerência de Controle de Riscos solicita esclarecimentos de acordo com as respectivas alçadas, que devem ser fornecidos formalmente com o plano de ação e prazos para o reenquadramento. Nestas situações de extrapolação de limites há um acompanhamento específico pela Gerência de Controle de Riscos, observando o plano de ação e os prazos estabelecidos até o seu reenquadramento.

O Comitê de Risco de Mercado (CRG) ocupa uma posição de destaque dentro da estrutura de gestão e controle do risco de mercado, podendo ser convocado na data de uma ocorrência que requeira sua atuação. O Comitê faz a avaliação da estratégia operacional da Tesouraria e pode aprovar ou não a manutenção das posições em caso de rompimento de limites.

Os sistemas que suportam os processos de controle são testados pelo menos anualmente, sendo objeto de contínuo aprimoramento, conforme liberação de novas versões pela empresa fornecedora. Estes permitem não só o controle gerencial das posições, mas o cálculo das parcelas de exposição relacionadas aos diversos componentes de risco de mercado, conforme legislação vigente.

1 Política de *Hedge*

“*Hedge*” é a designação de um ou mais instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista, registrado contabilmente ou não, ou ainda grupos ou partes desses itens com características similares e cuja resposta ao risco objeto de “*hedge*” ocorra de modo semelhante.

O Banco Fibra considera três tipos de estratégia de uso de derivativos possíveis: (a) alavancagem ou proteção de posição própria, (b) “*hedge accounting*” e (c) “*hedge*” fiscal / capital:

a) Alavancagem ou proteção de posição própria, que é utilizada para posicionamento da Tesouraria materializado na carteira “*Trading*”, conforme descrito no Normativo Interno de Risco de Mercado;

b) *Hedge Accounting* é o conjunto de procedimentos específicos para contabilização de operações de “*hedge*”, regulados pela Circ. 3.082/02;

c) “*Hedge*” de Capital é a operação realizada para anular a variação cambial de valores aplicados em investimento no exterior; “*Hedge*” Fiscal é a operação realizada para anular o efeito fiscal da não tributação do IR/CS sobre a variação cambial dos investimentos realizados no exterior.

O Banco Fibra possui normativos e manuais internos que detalham como deve ser o tratamento das operações designadas como *Hedge* e quais são as metodologias utilizadas para a apuração da efetividade de cada operação de *Hedge*.

O Comitê Executivo é responsável pela aprovação da estratégia de “*Hedge*” fiscal, enquanto o Comitê de Riscos Globais monitora e aprova os ajustes propostos à estrutura de “*Hedge*” de capital.

1.1 Teste de Efetividade

Como citado anteriormente, os procedimentos que visam comprovar a efetividade do “*Hedge*” desde a concepção e no decorrer da operação, estão descritos em normativos internos do Banco Fibra.

O cálculo da efetividade do “*Hedge*” garante que as variações no valor a mercado ou no fluxo de caixa dos instrumentos de “*Hedge*” compensem as variações no valor a mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de “*Hedge*”.

2 Backtesting

Para validar a eficiência dos modelos internos adotados no monitoramento da perda potencial da instituição (*VaR* – Valor em Risco ou *Value at Risk*), realiza-se o *Backtesting*. Partindo da premissa que o *VaR*, dado um intervalo de confiança, mensura qual seria a máxima perda esperada para o dia seguinte, este processo consiste em comparar perdas e ganhos diários com os valores apurados do *VaR*.

Para comprovar a aderência do modelo de mensuração de risco, o número de extrapolações do resultado deve ser compatível com o intervalo de confiança (IC) adotado pelo modelo, ou seja, para um *VaR* com IC de 99%, espera-se que em 1% dos dias de um certo período, a perda ou ganho seja superior ao *VaR*.

Quando esta compatibilidade é comprovada, não existem indícios por parte do *backtesting* que sinalizem problemas na apuração do risco pelos modelos/parâmetros utilizados. Porém, quando as perdas e ganhos reais da instituição não são condizentes com a medida de risco esperada, uma análise mais detalhada se torna necessária, que ocorre através da reavaliação das premissas adotadas no modelo, dos parâmetros utilizados pelo *VaR* assim como análise dos movimentos de mercado e verificação do resultado apurado.

O Banco Fibra além de seguir as melhores práticas observadas no mercado, adota como base as metodologias estabelecidas pelo BACEN por meio de seus normativos e também as recomendações do Comitê de Basiléia.

As apurações do *VaR* e do resultado são realizadas diariamente, sendo que a periodicidade de análise do *backtesting* é semanal. O Banco Fibra possui ferramentas que permitem que o cálculo do *VaR* seja realizado sob diversos intervalos de confiança e para diversos períodos de observação. Isto se torna útil para avaliar a confiabilidade do modelo quanto a características específicas de certos períodos históricos e sua estabilidade sobre diferentes IC's.

Para um maior detalhamento da aderência do modelo, o *backtesting* também é realizado de forma segmentada, onde é possível efetuar análise individual por produto. Neste caso, são considerados os produtos com maior representatividade em resultado e risco.

Uma consideração a ser realizada em relação ao *backtesting*, refere-se ao fato do *VaR* ser calculado utilizando uma base estática (portfólio de fechamento da instituição) e volatilidade histórica (onde a data da última observação é a mesma do portfólio utilizado). Em contraparte, o resultado efetivo da instituição contém perdas e ganhos decorrentes de posições *intraday* (geradas durante o próprio dia).

Isto torna questionável a comparação do resultado efetivo de D+1 com o *VaR* de D0, já que não se trata exatamente do mesmo portfólio e das mesmas movimentações de mercado. Por este motivo, faz-se necessária também a apuração de um resultado hipotético, ou seja, um resultado livre das posições assumidas durante o dia (*intraday*), de tarifas e de corretagem, que contemple somente as posições de fechamento do dia anterior.

Desta forma, são realizadas duas apurações de resultado para confecção do relatório de *backtesting*, sendo elas:

- **Resultado Hipotético:** corresponde à aplicação das variações de preços de mercado de um dia à carteira do final do dia útil anterior, não considerando as operações realizadas durante o mesmo dia (*intraday*).

- **Resultado Efetivo:** corresponde à aplicação das variações de preços de mercado de um dia à carteira do final do dia útil anterior, incluindo as operações realizadas durante o mesmo dia (*intraday*).

RISCO DE MERCADO – DADOS QUANTITATIVOS

1 VaR

VaR da carteira de Negociação do Banco Fibra, considerando um intervalo de confiança de 99% e uma amostra de 120 dias.

R\$ Mil	JUN'16	MAR'16	DEZ'15
Prefixado	34,64	48,47	10,35
Varição Cambial	62,63	456,54	422,52
Selic/IPCA	45,58	297,13	379,10
Outros	320,13	658,94	146,71
Efeito de diversificação	-129,04	-511,85	-216,38
VaR Trading	333,94	949,24	742,31

Tabela 14: VaR Trading

2 Carteira de Negociação

2.1 Exposição Financeira – Carteira de Negociação

Exposições financeiras na carteira de negociação, segmentadas nos fatores de risco.

Fator de Risco	Cupom		Pré	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
jun/16	379.060.744	-444.084.393	525.197.023	-389.583.494
mar/16	270.832.028	-884.810.496	914.254.118	-175.676.408
dez/15	426.873.341	-962.396.596	756.117.301	-275.526.929

Tabela 15: Exposição – Carteira Trading

3 Exposição em Instrumentos derivativos

Exposições em instrumentos derivativos realizados no Brasil, segmentadas nos fatores de risco mais relevantes para o Banco Fibra (Pré e Cupom) e segregadas entre posições compradas e vendidas.

jun-16

Fator de Risco	Contraparte	Brasil	
		Comprado	Vendido
Pré	Balcão	280.935.721,26	-176.308.209,98
	Bolsa	244.261.301,50	-213.275.284,20
	Total	525.197.022,76	-389.583.494,18
Cupom Cambial	Balcão	143.780.495,23	-241.247.924,24
	Bolsa	235.280.249,17	-202.836.468,69
	Total	379.060.744,40	-444.084.392,93

mar-16

Fator de Risco	Contraparte	Brasil	
		Comprado	Vendido
Pré	Balcão	227.786.840,45	-156.681.175,82
	Bolsa	686.467.277,50	-18.995.231,70
	Total	914.254.117,95	-175.676.407,52
Cupom Cambial	Balcão	138.385.797,79	-244.279.158,50
	Bolsa	132.446.230,25	-640.531.337,05
	Total	270.832.028,04	-884.810.495,55

dez-15

Fator de Risco	Contraparte	Brasil	
		Comprado	Vendido
Pré	Balcão	603.389.038,73	-196.837.499,42
	Bolsa	152.728.262,05	-78.689.429,14
	Total	756.117.300,78	-275.526.928,56
Cupom Cambial	Balcão	200.488.274,35	-692.780.358,68
	Bolsa	226.385.066,82	-269.616.237,00
	Total	426.873.341,17	-962.396.595,68

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez é a capacidade de converter ativos em moeda corrente ou em investimentos de liquidez imediata sem incorrer em perdas significativas ou em perdas não materiais (*Downes*, 1993). Desta forma, risco de liquidez está relacionado com o equilíbrio entre os ativos e passivos da instituição em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado. A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que os mesmos sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da instituição.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez desta. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da instituição quanto fatores externos. O controle do risco de liquidez no Banco Fibra é realizado pela Área de Risco de Mercado e Liquidez e pelo ALCO, através de ferramentas como (I) Plano de Contingência de Risco de Liquidez; (II) RML (Reserva Mínima de Liquidez); (III) controle de esgotamento do caixa; (IV) avaliação diária das operações com prazo inferior a noventa dias e, (V) aplicação de cenários de *stress* nas condições de liquidez do Banco. Além disso, a Área de Risco de Mercado e Liquidez realiza um acompanhamento específico para derivativos, onde são observadas diariamente as condições de liquidez dos contratos em carteira.

I. Plano de Contingência de Risco de Liquidez

Estabelece o processo de identificação e categorização de crises de liquidez, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como modelo de monitoramento e revisão dos planos. O Banco Fibra conta com um Normativo Interno para o Plano de Contingência de Risco de Liquidez.

II. RML (Reserva Mínima de Liquidez)

O RML consiste no acompanhamento diário do caixa que conforme o Plano de Contingência de Risco de Liquidez é o nível de conforto do Caixa definido pelo ALCO em função do Patrimônio Líquido.

III. Controle de Esgotamento do Caixa

O esgotamento do Caixa é baseado no mapeamento dos fluxos de caixa a pagar e a receber ao longo do vencimento das operações. Este controle permite que seja observado o comportamento da carteira para um determinado prazo sendo realizado diariamente pela Área de Risco de Mercado e Liquidez e também apresentado mensalmente ao ALCO.

IV. Avaliação diária das operações e aplicação de cenários

Utilizando o controle de esgotamento do caixa, alinhado com os requisitos da Resolução BACEN 4.090/12, diariamente é realizada a avaliação das operações não apenas com vencimentos inferiores a noventa dias, mas também das operações com vencimentos inferiores a um ano e meio. Esta avaliação considera tanto o comportamento da carteira em condições normais frente aos limites do RML como também permite a simulação do comportamento da carteira quando aplicados cenários adversos na liquidez da Instituição. Para avaliar o comportamento da liquidez são aplicados os seguintes cenários: variação no caixa devido a ajuste de derivativos, resgates antecipados, inadimplência, *haircuts* e utilização de conta corrente garantida.

Ajuste de Derivativos

São realizadas simulações de cenários de *stress* para instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição e identificar com tempo hábil, situações que apresentem estes riscos. A simulação do efeito de ajuste de derivativos é realizada porque apesar dos derivativos poderem ser utilizados em uma estrutura que não apresente riscos (ex: DI futuro casado com uma LTN), os instrumentos da estrutura possuem características distintas e, no caso, o derivativo está sujeito aos ajustes de mercado que são pagos diariamente e afetam diretamente o caixa da instituição.

Resgates Antecipados

Análise histórica da carteira de captações, identificando qual o percentual de resgates antecipados dos títulos em carteira. Nos momentos de crise, é comum o aumento de resgates antecipados de aplicações financeiras. Neste caso, o cenário de *stress* aplicado considera que do total de captações que o banco possui, um percentual será resgatado antecipadamente. Vale lembrar que esta análise é válida para os contratos de liquidez diária, já que são os únicos em que o banco é obrigado a antecipar a operação com o cliente.

Inadimplência

Com base em uma observação histórica da inadimplência sofrida pelo Banco é possível construir cenários em que certo percentual dos fluxos a receber é interrompido devido à inadimplência. Isto afeta diretamente o caixa da instituição já que se cria um descompasso entre os ativos e os passivos em carteira.

Haircuts

É um percentual subtraído ao valor nominal de um ativo que esteja sendo utilizado como garantia. A dimensão do "*haircut*" reflete a percepção de risco associado à qualidade do ativo.

Conta Corrente Garantida

Conta corrente garantida é um produto oferecido pelo banco que consiste em uma linha de crédito rotativa com limite pré-aprovado. Devido ao processo operacional simplificado em que os recursos são liberados diretamente na conta corrente do cliente, este produto pode acarretar um significativo desencaixe financeiro. A aplicação de cenários neste caso considera um percentual obtido a partir de uma série histórica de utilização do limite pré-aprovado. Este percentual é aplicado no montante do limite disponível na data de apuração.

Controle de Derivativos

Adicionalmente aos controles citados acima em relação ao ajuste de derivativos, também é realizado o controle de liquidez dos contratos em carteira. Este controle visa identificar qual o período necessário para que o risco das posições assumidas em derivativos seja zerado no mercado. Como a análise trata do risco e não somente da quantidade de contratos em carteira, também são utilizados contratos com vencimentos adjacentes ao produto em questão. Para o cálculo do *holding period* é considerada a possibilidade de se sair da posição sem afetar o mercado, para isto é utilizado 10% do volume total negociado no dia. Estas informações são enviadas diariamente a Alta Administração e Tesouraria e apresentadas em casos de situações de baixa liquidez mensalmente no *ALCO*.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Conforme disposto na Resolução 3.988/11 do BACEN, o gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, assim como a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos principais riscos a que a Instituição está sujeita e também um planejamento de metas de necessidade de capital tendo em vista os objetivos estratégicos da Instituição.

O Banco Central, por meio de regulações específicas, determina um requerimento de capital que se dá primeiramente na forma das parcelas de alocação de capital e, são sintetizadas pelo RWA. Os riscos atualmente cobertos pelo RWA na forma de suas parcelas padronizadas e também a ferramenta/modelo gerencial utilizada pelo Banco para mensurar e controlar estes risco, que por sua vez definem o capital econômico, são:

- Risco de Mercado: exposições sujeitas a variação da taxa de juros prefixadas denominadas em real (RWA_{JUR1}), da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (RWA_{JUR2}), da taxa dos cupons de taxas de índices de preços (RWA_{JUR3}) e da taxa dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4}); risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos passivos sujeitos à variação cambial (RWA_{CAM}); exposições sujeitas à variação do preço de ações (RWA_{ACS}) e exposições sujeitas à variação dos preços das *commodities* (RWA_{COM}).
- Risco de Crédito: exposições dos ativos ponderados pelos fatores de risco (RWA_{CPAD}).
- Risco Operacional: parcela referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}).

CAPITAL REGULATÓRIO – DADOS QUANTITATIVOS

1 Patrimônio de Referência (PR)

1.1 Metodologia adotada para avaliar a adequação do PR

A metodologia adotada segue determinação publicada pelo BACEN na Res 4.193/13.

$$PR = PR \text{ Nível I} + PR \text{ Nível II} - \text{Deduções Regulatórias}$$

O Patrimônio de Referência é calculado a partir da soma do PR Nível I e PR Nível II, excluindo as Deduções previstas na Resolução 4.192/13.

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	JUN/16	MAR/16	DEZ/15
Patrimônio Referência	587.318	587.715	649.426
Patrimônio Referência Nível I	587.318	587.715	649.426
Patrimônio Líquido	1.013.110	1.014.167	1.015.202
Ajustes Prudenciais*	(425.792)	(426.452)	(365.776)
Patrimônio de Referência Nível II	-	-	-
Dividas Subordinadas/Outros	-	-	-

* Resolução 4.192/13 - BACEN

Tabela 16: Patrimônio de Referência

2 Ativos ponderados pelo Risco (RWA)

2.1 Valor das parcelas de RWA

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	JUN/16	MAR/16	DEZ/15
Patrimônio de Referência (PR)	587.318	587.715	649.426
PR I	587.318	587.715	649.426
PR II	-	-	-
RWA	3.979.380	4.224.210	4.563.043
Risco de Crédito	3.711.872	3.991.165	4.240.969
FPR de 2%	433	923	962
FPR de 20%	62.122	24.580	35.470
FPR de 50%	125.045	162.650	192.815
FPR de 75%	106.353	226.532	218.422
FPR de 85%	905.247	1.264.380	1.097.358
FPR de 100%	2.218.255	2.017.336	2.334.643
FPR de 250%	172.843	173.064	178.444
FPR de 300%	121.573	121.700	182.855
Risco de Mercado	155.105	120.642	165.224
Parcela RWA _{JUR[1]}	29.063	13.732	8.645
Parcela RWA _{JUR[2]}	49.316	42.977	102.309
Parcela RWA _{JUR[3]}	5.519	12.365	10.527
Parcela RWA _{JUR[4]}	-	-	-
Parcela RWA _{ACS}	-	-	-
Parcela RWA _{CAM}	12.269	10.880	10.705
Parcela RWA _{COM}	58.937	40.689	33.036
Risco Operacional	112.403	112.403	156.850
Parcela RWA _{OPAD}	112.403	112.403	156.850

Tabela 17: Ativos ponderados pelo Risco

3 Suficiência de Capital

As instituições financeiras têm que manter Patrimônio de Referência mínimo de 9,875% em relação aos seus ativos ponderados por fator de risco.

Em 30 de junho de 2016, o Banco Fibra estava enquadrado neste limite operacional, conforme demonstrado a seguir:

R\$ Mil	Conglomerado Financeiro		
	JUN/16	MAR/16	DEZ/15
Índices			
Patrimônio Referência (PR)	587.318	587.715	649.426
Patrimônio Referência Nível I	587.318	587.715	649.426
Capital Principal	587.318	587.715	649.426
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	437.732	464.663	501.935
Margem*	149.587	123.052	147.492
Índice de Basileia	14,8%	13,9%	14,2%
Índice de Nível I	14,8%	13,9%	14,2%
Índice de Capital Principal	14,8%	13,9%	14,2%

* Relação entre o PR e PRE

Tabela 18: Índices e Margem

RAZÃO DE ALAVANCAGEM

As informações apresentadas seguem a metodologia estabelecida pelo BACEN, por meio da Circular 3.748/15.

Em 30 de junho de 2016, a Razão de Alavancagem do Banco Fibra atingiu 9,1%.

Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem		
R\$ mil	Item	Valor
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	6.215.299
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	5.556
3	Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	570
4	Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	64.294
5	Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	0
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	656.476
7	Outros ajustes	-519.336
8	Exposição Total	6.422.859
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	5.048.443
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	425.792
3	Total das exposições contabilizadas no BP	5.474.235
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4	Valor de reposição em operações com derivativos	149.438
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	64.294
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	213.732
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	929.998
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	0
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	1
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	0
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	929.999
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	668.992
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-12.516
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	656.476
Capital e Exposição Total		
20	Nível I	587.318
21	Exposição Total	6.422.859
Razão de Alavancagem (RA)		
22	Razão de Alavancagem de Basileia III	9,1%

BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, detalhamento do balanço patrimonial do Banco Fibra S.A e Controladas, denominado Conglomerado Prudencial ¹.

Banco Fibra S.A. e Controladas ("Fibra Conglomerado Prudencial")
Balanço Patrimonial em 30 de junho
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Fibra Prudencial	
	2016	2015
CIRCULANTE	4.010.104	3.985.115
Disponibilidades	82.625	26.488
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.013.985	806.268
Aplicações no Mercado Aberto	929.998	699.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	83.987	106.269
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos		
Financeiros Derivativos	835.906	359.274
Carteira Própria	294.092	88.929
Vinculados a Compromissos de Recompra	4.499	67.755
Instrumentos Financeiros Derivativos	149.438	67.446
Vinculados ao Banco Central	-	41.143
Vinculados à Prestação de Garantias	387.877	94.001
Relações Interfinanceiras	2.954	14.092
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	73	99
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	-	10.285
Correspondentes	2.881	3.708
Operações de Crédito	1.465.628	2.329.319
Setor Público	-	91
Setor Privado	1.596.842	2.614.217
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(131.214)	(284.989)
Outros Créditos	570.578	412.477
Créditos por Avais e Fianças Honrados	4.626	9.082
Carteira de Câmbio	109.653	109.266
Rendas a Receber	4.045	1.935
Negociação e Intermediação de Valores	24.318	4.357
Diversos	443.908	351.621
Créditos Tributários	112.487	29.528
Diversos	331.421	322.093
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.972)	(63.784)
Outros Valores e Bens	38.428	37.197
Outros Valores e Bens	42.370	38.997
(-) Provisões para Desvalorizações	(6.037)	(5.261)
Despesas Antecipadas	2.095	3.461

ATIVO	Fibra Prudencial	
	2016	2015
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.180.393	2.221.901
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	100.902	591.716
Carteira Própria	-	427.958
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	48.429
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	97.344
Vinculados a Prestação de Garantias	100.902	17.985
Operações de Crédito	648.631	402.707
Setor Público	27.539	-
Setor Privado	648.509	434.335
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.417)	(31.628)
Outros Créditos	1.420.970	1.227.021
Rendas a Receber	1.760	1.681
Diversos	1.419.210	1.225.340
Créditos Tributários	941.349	792.093
Diversos	481.066	442.528
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.205)	(9.281)
Outros Valores e Bens	9.890	457
Despesas Antecipadas	9.890	457
PERMANENTE	30.358	45.885
Investimentos	7.868	7.314
Participações em Controladas - No País	6.969	6.415
Outros Investimentos	899	899
Imobilizado de Uso	2.926	6.245
Outras Imobilizações de Uso	25.033	28.162
(-) Depreciação Acumulada	(22.107)	(21.917)
Diferido	299	605
Gastos de Organização e Expansão	1.197	1.713
(-) Amortização Acumulada	(898)	(1.108)
Intangível	19.265	31.721
Aquisição e Desenvolvimento de Software	17.182	17.182
(-) Amortização sobre Aquisição e Desenvolvimento de Software	(9.450)	(7.732)
Outros Ativos Intangíveis	50.201	62.749
(-) Amortização Outros Intangíveis	(38.668)	(40.478)
	6.220.855	6.252.901

PASSIVO	Fibra Prudencial	
	2016	2015
CIRCULANTE	2.746.142	3.251.273
Depósitos	955.071	1.721.394
Depósitos à Vista	26.629	63.909
Depósitos Interfinanceiros	93.069	15.541
Depósitos à Prazo	835.373	1.641.944
Captações no Mercado Aberto	258.842	128.195
Carteira Própria	4.498	115.791
Carteira de Terceiros	254.344	12.404
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	800.824	888.650
Recursos de Letras Imobiliárias	77.501	51.378
Recursos de Letras do Agronegócio	552.520	216.831
Letras Financeiras	170.803	245.155
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	375.286
Relações Interfinanceiras	-	1.554
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	1.554
Relações Interdependências	16.941	9.747
Recursos em Trânsito de Terceiros	13.033	8.532
Transferências Internas de Recursos	3.318	1.157
Relações com Correspondentes	590	58
Obrigações por Empréstimos	13.459	103.925
Empréstimos no Exterior	13.459	103.925
Obrigações por Repasses no País Instituições Oficiais	124.664	142.463
Repasses do BNDES/FINAME	4.788	14.230
Outras Instituições	119.876	128.233
Instrumentos Financeiros Derivativos	175.560	41.347
Instrumentos Financeiros Derivativos	175.560	41.347
Instrumentos Financeiros Derivativos	400.781	213.998
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.170	681
Carteira de Câmbio	24.290	20.066
Fiscais e Previdenciárias	3.725	20.510
Negociação e Intermediação de Valores	3.365	2.521
Dívidas Subordinadas	277.761	7.346
Diversas	90.470	162.874

PASSIVO	Fibra Prudencial	
	2016	2015
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.454.815	2.147.314
Depósitos	1.511.528	546.082
Depósitos à Vista	2.183	122.477
Depósitos Interfinanceiros	1.509.345	423.605
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	454.271	666.711
Recursos de Letras Imobiliárias	173.828	42.178
Recursos de Letras do Agronegócio	146.880	477.753
Letras Financeiras	133.563	146.780
Obrigações por Empréstimos	30.092	46.539
Empréstimos no Exterior	30.092	46.539
Obrigações por Repasses no País Instituições Oficiais	35.173	18.121
Repasses do BNDES/FINAME	71	4.923
Outras Instituições	35.102	13.198
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.715	95.973
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.715	95.973
Outras Obrigações	420.036	773.888
Fiscais e Previdenciárias	411.356	352.421
Dívidas Subordinadas	-	420.473
Diversas	8.680	994
Resultados de Exercícios Futuros	6.788	6.417
Resultados de Exercícios Futuros	6.788	6.417
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.013.110	847.897
Capital Social	2.119.888	2.079.888
De Domiciliados no País	2.119.888	2.079.888
Reservas de Capital	4.326	4.326
Ajustes de Avaliação Patrimonial	149	7.680
Prejuízos acumulados	(1.111.253)	(1.243.997)
	6.220.855	6.252.901

¹ O detalhamento das informações do Balanço Patrimonial do Conglomerado Prudencial estão disponíveis na seção “Relações com Investidores”, no endereço eletrônico www.bancofibra.com.br.

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial.

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do BACEN, as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior sobre as quais detenha controle direto ou indireto, abrangendo o Banco Fibra.

Denominação Social	Atividade	Participação
Controladas		
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	Aquisição de créditos imobiliários	100,00%
Validata Meios de Pagamentos Ltda	Administradora de cartões	100,00%
Controladas não Consolidadas ¹		
Fibra Corretora de Seguros Ltda	Administração e corretagem de seguros	99,99%

¹ De acordo com a normatização do Consolidado Prudencial, controladas do ramo não financeiro não são consolidadas.